

ENSINAR E APRENDER: A PRÁTICA DOCENTE EM DIFERENTES SALAS DE AULA

Maria Inês Tondello Rodrigues¹

RESUMO

Neste trabalho apresento algumas provocações que nos levem a repensar sobre o papel do professor instrutor de trânsito. Não trato de uma pesquisa em si, mas uma prática docente, a educação para o trânsito, que se depara com particularidades comuns à realidade vivida e dificuldades enfrentadas pelo professor da sala de aula regular. Proponho a nós, educadores, refletirmos sobre as diferentes possibilidades de sala de aula com as quais podemos nos deparar. Na instrução para o trânsito é seguido um conteúdo programático elencando legislação, condução segura, primeiros socorros, meio ambiente e funcionamento de veículos. O Código de Trânsito Brasileiro estabelece normas de circulação e conduta que regram o comportamento humano. Apesar de usarmos uma propriedade particular, o veículo, compartilhamos o espaço coletivo, o trânsito. Trago no pensamento dialético a sugestão de que o Trânsito adentre no ambiente escolar. Sugiro que sejam revistos alguns fragmentos da área educacional que passam despercebidos no cotidiano na sala de aula. Afinal, trânsito é comportamento e uso de espaços comuns.

Palavras chave: Educação, Trânsito, Comportamento.

INTRODUÇÃO

Transitar envolve busca de soluções para nossas necessidades básicas. Nos movimentamos para irmos à Escola, ao trabalho, ao mercado, à farmácia, enfim, para todas nossas atividades usamos o trânsito. O espaço trânsito é compartilhado entre indivíduos diferentes, porém com o mesmo interesse, se locomover. Neste ambiente expomos quem somos e como efetuamos nossas escolhas. Essas ações estão diretamente relacionadas ao como construímos o que sabemos e aos aprendizados que recebemos ao longo de nossa existência. Desde pequenos recebemos conhecimentos e passamos a estabelecer formas de conduta, os chamados valores, éticos e morais. Muitos são os ambientes que podemos relacionar ensino e aprendizagem. Para atuar no trânsito são formados novos condutores que recebem conhecimentos específicos através dos Instrutores de Trânsito, credenciados pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, de cada Estado do país.

¹ Mestre em Educação, Pedagoga, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, Instrutora de Trânsito credenciada pelo DETRAN-RS, maritondello@hotmail.com.

Esses profissionais são formados em cursos específicos, nos quais recebem orientações de como ensinar essa prática considerada tão pessoal e que reflete diretamente na coletividade de uma sociedade como um todo. Contudo, em se tratando de relações entre pessoas e convívio de uso de espaços coletivos, o trânsito passa a ser tema amplamente abordado ao redor do mundo em busca de maneiras de formar condutores conscientes de suas responsabilidades e dos riscos aos quais são expostos e ao mesmo tempo proporcionam que outros indivíduos sejam expostos também. O objetivo dessa formação é estimular os futuros educadores a propor que os candidatos a motorista de veículos automotores se percebam como indivíduos com interesses e objetivos pessoais, no uso de uma propriedade particular, o veículo, no espaço coletivo, a rua, onde impera o bem comum.

A relação que esse texto propõe é perceber o instrutor de trânsito como um profissional que enfrenta dificuldades semelhantes ao professor da escola regular. Havendo a relação teoria e prática, há ensino e aprendizado sendo construído. Logo, podemos compreender a prática educacional, com suas diversidades e semelhanças. Falo aqui da prática docente especificamente, quando professor e instrutor provocam seus aprendizes a buscar respostas e a construir aprendizados que serão usados ao longo da vida como sujeitos ativos da sociedade.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1995, p.07).

A educação é um processo contínuo, formado a partir da convivência dos indivíduos entre os diferentes grupos sociais. O homem inicia seu processo na família, onde recebe as primeiras informações, que irão compor seu arsenal de conhecimentos. Esta família vive em uma comunidade seguindo regras e normas que passam a compor valores éticos e morais a serem observados na vida em sociedade. O indivíduo é um ser único, com suas características e particularidades. Os grupos sociais são formados por indivíduos que possuem interesses afins. A sociedade surge para estabelecer regras e normas que irão compor limites e possibilidades de convivência entre os grupos.

A escola compõe esta sociedade como parte integrante do processo de aprendizagem tanto social quanto científico. “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em uma sociedade” (BRANDÃO, 1995, p. 10). Assim, o ensinar é de extrema responsabilidade por parte do professor, que também integra a comunidade e segue os conceitos da mesma

sociedade, e deve estar aberto para dividir este papel com os alunos dentro da escola. O autor salienta que “a educação do homem existe por toda a parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes” (BRANDÃO, 1995, p. 47)

A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ENTRE ENSINAR E APRENDER

O aprender é conjunto de socializações, desde o professor, em entender o conhecimento prévio trazido por seus alunos para o ambiente escolar, até o aluno, em aprimorar e se abrir para novos horizontes. Aranha nos traz um conceito de educação relatando que é genérico e amplo, “que supõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social” (ARANHA, 1996, p. 51). No ambiente trânsito expomos nosso ser. Se somos agressivos e intolerantes, assim seremos no trânsito.

O processo de aprendizagem é uma divisão de espaços e respeito mútuos, onde quem sabe divide com quem quer e aceita aprender. O professor não é detentor do conhecimento e o aluno não é uma tábula rasa, ambos se completam a partir do processo de conviver e compartilhar. A cooperação é o caminho traçado por indivíduos que buscam objetivos em comum e leva à autonomia individual através da expressão. Cabe ao professor provocar situações que façam com que o aluno pense, analise, reflita e busque respostas. Piaget diz que “não basta encher a memória de conhecimentos úteis para fazer homens livres: é preciso formar inteligências ativas” (PIAGET, 1998, p. 156). Esse conceito é refletido nos diferentes ambientes educacionais. Entre esses ambientes entra o espaço de aprendizagem envolvendo o Trânsito. Aqui, Instrutor e Professor se igualam.

A instituição de ensino regular ainda traz alguns traços da escola tradicional, onde se pensava o aluno como tábula rasa e o professor detentor de todo o conhecimento. O sistema tradicional pode ser útil enquanto conhecimento de uma cultura. O aluno traz para o ambiente de aprendizagem o que já sabe. Entretanto, o que ele não sabe pode ser construído de uma forma mais elementar. A educação avança a passos largos no sentido de desenvolver seres pensantes e participativos, assim, não pode haver separação definida entre quem aprende e quem ensina, o caminho é a troca, a convivência, o diálogo.

Ensino e aprendizagem constituem passos dialéticos inseparáveis, integrantes de um processo único em permanente movimento, porém não só pelo fato de que quando existe alguém que aprende tem que haver outro que ensina, como também em virtude do princípio segundo o qual não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende e durante a própria tarefa de ensinar. (BLEGER, 1985, p. 56 e 57).

Acredito nesta construção do conhecimento como processo educativo, onde a interação e a busca de respostas geram no aprendiz e no instrutor, conquistas mútuas. Há dois tipos de conhecimento, o que vem da prática, vinculado ao fazer, e o teórico, oriundo dos estudos, dos livros.

A prática não passa de uma estratégia que torna possível a apreensão da teoria; esta não passa de um conteúdo conceitual, ideal, desvinculado de qualquer prática anterior e transmitida pelo ensino. Teoria e prática não são complementares entre si. Uma depende da outra apenas parcialmente. (BECKER, 2000, p. 36).

Assim, unindo teoria e prática, o professor integra a pesquisa à curiosidade do aluno. Esta curiosidade é aguçada através da sintonia, da integração entre o querer saber do aluno, e o propósito do professor em fazer este aluno buscar este saber. A vivência que o aluno experimenta reflete diretamente neste querer saber.

O indivíduo aprende com as pessoas que convive, com os meios de comunicação que tem acesso, com os livros que lê, enfim, com tudo o que percebe e capta no meio em que vive. Aqui o trânsito aparece como cenário, onde objetivos comuns são considerados em busca de uma convivência harmoniosa. Contudo, nem sempre finaliza desta forma. O instrutor propõe um entendimento do papel do indivíduo na sociedade, mas, nem sempre é compreendido em sua mensagem. Os ruídos da linguagem perpassam o ambiente educacional. Assim como na Escola, o aprender é concretizado de forma gradativa, conforme o aluno se envolve e se percebe, na Educação para o trânsito, o conteúdo é estudado e o candidato a novo condutor interpreta para relacionar à prática que irá executar depois, em outro ambiente. O objetivo do instrutor é buscar fazer com que os usuários do trânsito, pedestres, condutores, passageiros, ciclistas, pensem em si como parte integrante de um sistema.

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar (LIBÂNEO, 2005, p. 76).

É necessário considerar que sujeitos estranhos entre si passam a seguir regras compartilhadas no espaço da rua. O problema pode estar na dificuldade que alguns indivíduos possuem em obedecer regras e normas, o que gera um comportamento com várias facetas. A igualdade de direitos passa a ceder espaço ao considerar o outro como adversário e não mais como cidadão, com direitos e deveres tanto quanto. A rua, vista como um lugar de ninguém desequilibra e acarreta desconfiança e agressividade. A violência que representa o trânsito pode ser entendida como uma “epidemia de acidentes cujo fundo tem ligação direta com um estilo específico de construir, ocupar e usar o espaço público, seja como pedestre ou com condutor” (MATTA, 2010, p. 49). Logo, o candidato a condutor, assim como o aluno da sala de aula regular, leva consigo o aprendizado construído, mas isso não nos remete a certeza alguma de que esse conhecimento será aplicado fora do ambiente de aprendizado.

O papel da escola se confunde entre o aprender e o ensinar. Freire nos diz que um não existe sem o outro, afinal o ensino resulta em um aprendizado. Contudo, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2004, p. 22). O autor nos remete a pensar na educação crítica, onde motivamos nossos alunos a pensar, a analisar, a emitir opinião sobre fatos, a correr riscos, a buscar respostas. “A tarefa coerente do educador que pensa certo é, [...], desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado”. (FREIRE, 2004, p. 38).

O processo educativo é gradativo, respeitando as fases de desenvolvimento e capacidades do aluno. Ao professor cabe a tarefa de provocar o aluno para novas buscas a partir do conhecimento já adquirido. Praticar aulas que mantenham os alunos em sintonia com o conteúdo não é fácil, principalmente conteúdos ditos “mais difíceis” pelos próprios alunos. Contudo, o autor ressalta:

o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do *movimento* de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos *cansam*, não *dormem*. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE, 2004, p. 86).

Numa sala de aula de instrução de trânsito não é diferente. O aprendiz é provocado a se perceber no ambiente coletivo e entender que suas escolhas podem fazer diferença no resultado alcançado. Composto este processo, temos o conhecimento prévio, trazido pelo aluno, vivido no meio familiar, social, a que faz parte. Antigamente o ato de dirigir era repassado de geração para geração. Depois começou a ser passado pelos que já sabiam aos

que queriam aprender. Com a atual Legislação, algumas normas foram estabelecidas de forma diferente. Hoje, somente instrutor credenciado pode ensinar o candidato a motorista a dirigir veículo automotor.

No processo de habilitação, o candidato a novo condutor segue uma regra de sequências: primeiro passa pelos exames médico e psicológico, depois curso teórico técnico com prova, em seguida curso de prática de direção veicular, também com prova. Seguindo o entendimento de que é preciso conhecer para praticar, as aulas teóricas apresentam: a legislação e suas normas; condução segura com informações sobre direção defensiva; noções de primeiros socorros, meio ambiente e funcionamento de veículos de 2 e 4 rodas. Após a prova teórica, na qual deve haver 70% de aproveitamento, com 21 acertos, de um total de 30 questões, o candidato recebe orientações de como será a prática de direção veicular. Para isso, primeiro ele conhece o simulador de direção, equipamento que fornece noções básicas de espaço e movimentação de veículos em vias públicas. Após o simulador, é chegado o momento de entrar no veículo e conduzir se locomovendo em vias públicas no caso de veículos de 4 ou mais rodas, e em circuito fechado para veículos de 2 rodas.

O conhecimento prévio que é trazido deve ser observado pelo professor durante todo o aprendizado a ser construído em sala de aula, afinal, a família, a sociedade, a mídia a que o aluno tem acesso, estão em constante movimento. O trânsito é tido como um ambiente curioso e a necessidade de locomoção faz com que a busca por esse aprendizado cresça constantemente. Aranha nos retrata que “a educação abre espaço para que seja possível a reflexão crítica da cultura” (ARANHA, 1996, p. 52). A cultura de uma sociedade se compõe de seus hábitos, regras e normas a serem seguidas e a todo momento podem haver mudanças em suas relações ou suas opiniões. Ao educador está esta tarefa, de analisar, observar e conduzir o melhor aprendizado lançando desafios que levem o aluno ao encontro da formação de opinião e pensamento crítico construtivo, se percebendo com agente direto no uso do espaço trânsito.

É importante que o aprendiz do trânsito perceba que os princípios básicos para desenvolver a prática ao volante de veículo são dignidade humana e igualdade de direitos. Então, se vivemos em cidadania, temos que considerar o conjunto de direitos e deveres para que consigamos estabelecer o equilíbrio entre esses dois aspectos que nos conduzem. Na Lei 9.503/97, nosso Código de Trânsito Brasileiro, estão elencados todos os direitos e deveres dos usuários do trânsito, tanto condutor, pedestre ou passageiro. No entanto, muitas vezes por falta de conhecimento, acatamos mitos e agimos em desacordo com nosso princípio maior.

O TRÂNSITO NA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Apesar de bastante amplo, o tema Trânsito possibilita recortes direcionados, podendo ser desenvolvido na escola regular como tema transversal, perpassando as diferentes áreas do conhecimento da Educação Básica. Permite estudos diversos, desde o uso de espaços, locomoção, trajetos, regras de circulação, meios de transportes, sinalização, legislação, perigos, primeiros socorros, meio ambiente, novas tecnologias.

A Base Nacional Comum Curricular, prevista na Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assegura aprendizagens essenciais para cada etapa da Educação escolar. Contudo, para alcançar esse objetivo é proposta autonomia dos sistemas e das redes de ensino com suas instituições escolares no que tange o estabelecimento de critérios para levantamento de temas específicos a serem desenvolvidos. A Escola deverá, juntamente com a comunidade escolar, principalmente com o envolvimento das famílias dos alunos, decidir qual tema merece destaque no currículo a ser desenvolvido. Por isso, cabe aos professores se reunirem com a comunidade e debaterem o tema que mais atende a realidade vivida pelos seus discentes. O Trânsito pode ser desenvolvido em diferentes etapas e com variadas abordagens, desde que contemple a necessidade apresentada.

No Código de Trânsito Brasileiro, em seu capítulo VI, estão estabelecidas as formas de aplicação da Educação para o trânsito no ambiente escolar:

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;

II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;

III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;

IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito. (BRASIL, Código de Trânsito Brasileiro, 1997).

A relação ensino e aprendizagem a ser estabelecida no ambiente escolar é parte diretamente ligada à prática de sala de aula, que pode ser formada em conjunto com as diferentes áreas de aprendizado. Desafiar professores a buscarem novas alternativas e colocar em prática novas formas de atuação é minha proposta. Talvez, em conjunto, consigamos trazer a afinidade estabelecida com nossas conquistas à esfera do aprendizado construído pelos alunos, que no futuro serão condutores de veículos.

A formação de novos condutores possibilita o entendimento que não se trata apenas de saber dirigir veículo, mas de entender o seu papel individual no uso do espaço coletivo. Na sala de aula da escola e da formação de novos condutores, pode ser usada a metodologia dialética, explicada por Vasconcellos, “baseia-se numa concepção de homem de conhecimento onde se entende o homem como um ser ativo e de relações” (VASCONCELLOS, 2002, p. 55). Entretanto, trabalhar nesta metodologia é um desafio aos profissionais da Educação que não fazem parte deste grupo crítico e que pensam relações na escola como meramente receber conhecimento, sem possibilidades de avanços futuros. O conhecimento passa a ser construído, através de intervenções provocativas, das reflexões que os alunos interagem para analisar determinados fatos ou informações. A sala de aula se constitui em ambiente de troca, de encontro de diferenças, onde há respeito, discussão e acordos, visando o bem comum ou a opinião da maioria. Esse respeito será mantido no uso do espaço da rua.

Cabe ao professor traçar o caminho a ser percorrido entre a discussão, as diferenças e as possibilidades de acordo. Na metodologia dialética, o aprendizado passa por três momentos: a mobilização do conhecimento, quando o aluno é provocado a conceber significado ao estudo a ser desenvolvido; a construção do conhecimento, quando há confronto entre sujeito e objeto, estabelecendo relações entre o que é estudado e o que o aluno pode aprender; e a elaboração e expressão da síntese do conhecimento, quando há a sistematização do que foi aprendido visando organizar o pensamento buscando a incorporação do aprendizado. “O método dialético de conhecimento em sala de aula se pauta, pois, pela construção do conhecimento a partir do movimento do pensamento que vai do abstrato ao concreto” (VASCONCELLOS, 2002, p. 58).

Libâneo nos remete a entender esse processo através de outro olhar, porém com o mesmo objetivo e significado.

A síntese corresponde à visão global indeterminada, confusa, fragmentada da realidade; a análise consiste no desdobramento da realidade em seus elementos, a parte como parte do todo; a síntese é o resultado da integração

de todos os conhecimentos parciais num todo orgânico e lógico, resultando em novas formas de ação. (LIBÂNEO, 1985, p. 145).

Assim, o novo condutor se iguala ao aluno da escola regular. Num primeiro momento é convidado a se perceber na escolha feita de ser um motorista de veículo automotor. Em seguida, constrói o conhecimento necessário para essa prática, considerando a Legislação e as Normas de Circulação e Conduta que deverão ser adotadas para uso do espaço coletivo em busca do bem comum de todos os usuários. A elaboração e síntese deste conhecimento nada mais são do que a prática que fará do aprendizado construído. Após se tornar um condutor, o aprendiz irá praticar, de fato, tudo o que aprendeu. Enfim, o conhecimento pode estar sempre sendo desenvolvido em lugares diferentes, em variadas modalidades, independente da institucionalização ou não deste aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trânsito é comportamento. Nessa linha de pensamento, postulo que nos engajemos, enquanto educadores, nesta árdua batalha de conscientizar o outro de seu papel na vida em sociedade. No Código de Trânsito Brasileiro está especificada a conduta que deve ser adotada por todos, desde pedestre, condutor ou passageiro. Fazemos escolhas em todos os momentos de nossa vida. No Trânsito não é diferente. Escolhemos fazer o certo ou o errado. Muitas vezes, apesar de saber o certo, optamos pelo erro. Muito ouvimos falar de ética. Deixo aqui um desafio, como condutor, observo e entendo o pedestre? Não. Enquanto condutores julgamos o pedestre e enquanto pedestres julgamos os condutores. É necessário termos empatia. Saber entender e se posicionar no lugar, na situação do outro. Esse pode ser um passo em busca de conscientização.

A procura por opiniões e pelo encontro de personalidade leva os indivíduos a buscar referência com as pessoas que convive, então o professor, assim como o instrutor de trânsito, desempenha um papel de suma importância na formação dos sujeitos que vivem num determinado grupo social. É importante que o educador se mostre aberto e flexível, pois é visto como uma ponte entre o que é aprendido com os grupos que convive e o conhecimento que precisa construir para viver em sociedade. Por isso nossas afirmações e explicações marcam a formação de cidadãos. A partir do momento que formamos opinião somos responsáveis por isso. Para concluir, entendo como necessário o fortalecimento do conhecimento trazido de casa, da família, dos grupos que vivem, e a confirmação de informações técnicas ou científicas que eles irão conviver na fase adulta.

Espero que seja possível formarmos cidadãos de opinião e sabedores na tomada de decisões. Os instrutores de trânsito, assim como o professor na sala de aula regular, formam sujeitos para a vida adulta. Entendo que o aprendizado pode ser construído de forma conjunta entre os conteúdos e as práticas. O educador pode superar suas próprias barreiras e buscar alcançar novos desafios identificando que todo o aprendizado é uma via de mão dupla. Parafraseando nosso Educador Paulo Freire, quem ensina aprende e quem aprende ensina.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna, 1996.

BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BLEGER, José. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortêz, 2005.

MATTA, Roberto da. **Fé em Deus e pé na tábua ou Como e por que o trânsito enlouquece no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

PIAGET, Jean. **Sobre a pedagogia: textos inéditos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2002.